

ANALISTA JUDICIÁRIO - SERVIÇO SOCIAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – ANALISTA JUDICIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas e 2 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e das questões discursivas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1

“Justiça é consciência, não uma consciência pessoal, mas a consciência de toda a humanidade. Aqueles que reconhecem claramente a voz de suas próprias consciências normalmente reconhecem também a voz da justiça.” (Alexander Solzhenitsyn)

A afirmação que está de acordo com a estruturação e a significação desse pensamento é:

- (A) a conjunção “mas” mostra uma oposição entre “consciência” e “consciência de toda a humanidade”;
- (B) ao dizer que justiça é a consciência de toda a humanidade, o autor mostra uma marca da justiça: a imparcialidade;
- (C) o segmento “não uma consciência pessoal” corrige o erro do emprego do termo “consciência” no trecho anterior;
- (D) o segundo período amplia a informação do texto, uma espécie de consequência da afirmação anterior;
- (E) o termo “normalmente” indica que o processo de reconhecimento ocorre de forma particular em cada cidadão.

2

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores.”

O raciocínio abaixo que deve ser considerado como indutivo é:

- (A) Os funcionários públicos folgam amanhã, por isso meu marido ficará em casa;
- (B) Todos os juízes procuram julgar corretamente, por isso é o que ele também procura;
- (C) Nos dias de semana os mercados abrem, por isso deixarei para comprar isso amanhã;
- (D) No inverno, chove todos os dias, por isso vou comprar um guarda-chuva;
- (E) Ontem nevou bastante, por isso as estradas devem estar intransitáveis.

3

“Todos aqueles que devem deliberar sobre quaisquer questões devem manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo.”

Tratando-se de um pensamento dirigido àqueles que julgam, o seu autor recomenda que eles:

- (A) pratiquem a caridade em relação ao próximo;
- (B) deixem de lado, no julgamento, questões pessoais;
- (C) não abandonem o sentimento ao julgarem;
- (D) considerem sempre a realidade do próximo;
- (E) privilegiem sempre a verdade.

4

Chegaram todos atrasados; além disso, não trouxeram as encomendas.

Nessa frase, aparece o conector “além disso” com valor de adição; a frase abaixo em que NÃO há um conector do mesmo valor aditivo é:

- (A) Além de usar máscara, os passageiros dos ônibus deviam estar mais separados uns dos outros;
- (B) Ainda por cima, as pessoas parecem considerar que a pandemia já acabou;
- (C) Corria o risco de contrair a doença e mesmo assim não se importava;
- (D) Nem a máscara nem o álcool protegem integralmente contra a Covid;
- (E) Não só a pandemia não terminou, como também novas cepas são esperadas.

5

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que discípulos; é preciso já ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe.”

A frase abaixo que mostra uma interrogação, ainda que indireta, é:

- (A) Sei o porquê de ele ter chegado atrasado;
- (B) Vi quando o táxi capotou;
- (C) Desconheço onde ele mora;
- (D) Vi como ela fez isso;
- (E) Queria conhecer todas as respostas.

6

“E da minha fidelidade não se deveria duvidar; pois, tendo-a sempre observado, não devo aprender a rompê-la agora; e quem foi fiel e bom por quarenta e três anos, como eu, não deve poder mudar de natureza: da minha fidelidade e da minha bondade é testemunha a minha pobreza.”

Nesse pensamento, o autor utiliza os adjetivos “fiel e bom” e, em seguida, os substantivos correspondentes “fidelidade” e “bondade”.

A opção abaixo em que os dois adjetivos citados mostram substantivos adequados é:

- (A) sensato e esperto / sensatez e esperteza;
- (B) claro e escuro / clareza e escuridão;
- (C) alto e gordo / altura e magrura;
- (D) fundo e profundo / fundeza e profundidade;
- (E) liso e áspero / lisibilidade e asperidade.

7

“Não há nada que demonstre tão bem a grandeza e a potência da inteligência humana, nem a superioridade e a nobreza do homem, como o fato de ele poder conhecer, compreender por completo e sentir fortemente a sua pequenez.”

Os termos desse pensamento mostram paralelismo perfeito nos seguintes segmentos:

- (A) “Não há nada” / “como o fato”;
- (B) “que demonstre” / “de ele poder conhecer”;
- (C) “a grandeza e a potência da inteligência humana” / “a superioridade e a nobreza do homem”;
- (D) “poder conhecer” / “compreender por completo”;
- (E) “como o fato de ele poder conhecer” / “compreender por completo e sentir fortemente”.

8

“A liberdade, como a vida, só a merece quem deve conquistá-la a cada dia!”

Essa frase exemplifica um caso de linguagem figurada que é um(a):

- (A) pleonasma, com a repetição da palavra “liberdade” por meio do pronome pessoal em “a merece”;
- (B) hipóbole, com a expressão “deve conquistá-la a cada dia”, já que indica um exagero;
- (C) eclipse do termo “liberdade” no segmento “só a merece quem deve conquistá-la”;
- (D) ironia na comparação “como a vida”, igualando duas realidades muito diferentes: a liberdade e a vida;
- (E) anacoluto com o termo inicial “liberdade”, já que ele não mostra continuidade sintática na frase.

9

“Os regimes que reprimem a liberdade da palavra, por se incomodarem com a liberdade que ela difunde, fazem como as crianças que fecham os olhos para não serem vistas.”

Sobre esse pensamento, é correto afirmar que:

- (A) o segmento “que reprimem a liberdade da palavra” explica o termo anterior;
- (B) o termo “da palavra” marca o paciente de “liberdade”;
- (C) “por se incomodarem com a liberdade que ela difunde” indica a consequência da repressão da liberdade da palavra;
- (D) a comparação com as crianças marca uma atitude infantil dos regimes citados;
- (E) “que fecham os olhos para não serem vistas” mostra uma ação claramente irracional.

10

“Também leio livros, muitos livros: mas com eles aprendo menos do que com a vida. Apenas um livro me ensinou muito: o dicionário. Oh, o dicionário, adoro-o. Mas também adoro a estrada, um dicionário muito mais maravilhoso.”

Depreende-se desse pensamento que seu autor:

- (A) nada aprende com os livros, com exceção do dicionário;
- (B) deve tudo que conhece ao dicionário;
- (C) adquire conhecimentos com as viagens que realiza;
- (D) conhece o mundo por meio da experiência de vida;
- (E) constatou que os dicionários registram o melhor da vida.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, conseqüentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

- (A) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;
- (B) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;
- (C) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;
- (D) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;
- (E) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

12

Maria, servidora pública federal, foi aposentada por incapacidade permanente. Após algum tempo, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Como Maria estava plenamente apta ao exercício das funções que sempre desempenhou, deve ocorrer o(a) seu/sua:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

13

Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- (A) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- (B) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- (C) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (D) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (E) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

14

A Lei federal nº XX impôs a todos os cidadãos determinada obrigação de caráter cívico, a ser cumprida em certos períodos por aqueles que fossem sorteados. João, em razão de suas convicções políticas, decidiu que não iria cumprir a obrigação.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) não poderá sofrer consequência desfavorável, por ter exercido plenamente a sua liberdade de consciência, que não pode ser afrontada pelo poder público, sob pena de violação à dignidade da pessoa humana;
- (B) preservará o direito de votar, mas ficará inelegível, consequência que será afastada caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (C) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, terá a cidadania suspensa em suas acepções ativa e passiva;
- (D) terá os direitos políticos suspensos, os quais serão restabelecidos caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (E) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, ficará inelegível.

15

Após grande mobilização dos servidores públicos do Estado Alfa, foi promulgada a Lei estadual nº XX. De acordo com esse diploma normativo, os servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, que ocupassem cargos em comissão por um período mínimo de oito anos consecutivos, fariam jus à incorporação do respectivo valor à remuneração do cargo efetivo.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº XX, o governador do Estado solicitou que fosse analisada a sua compatibilidade com a ordem constitucional, concluindo-se, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois é vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo;
- (B) inconstitucional, pois a não extensão do benefício da incorporação às vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança caracteriza distinção arbitrária;
- (C) inconstitucional, pois somente as vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo;
- (D) constitucional, desde que seja assegurada a incorporação proporcional da vantagem caso os oito anos consecutivos não sejam integralizados;
- (E) constitucional, pois a incorporação das vantagens recebidas pelo servidor público por longos períodos é um imperativo de segurança jurídica.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

16

João, servidor público ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei nº 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- (A) advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (B) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (C) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (D) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (E) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

17

Em matéria de composição do primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios:

- (A) a Magistratura de primeiro grau do Distrito Federal compõe-se apenas de juízes de direito;
- (B) o Tribunal de Justiça não poderá remanejar Varas dentre as Circunscrições Judiciárias;
- (C) a especialização de Varas ocorre após votação dos juízes de primeiro grau e mediante estudo técnico;
- (D) a especialização de Varas é ato privativo do presidente do Tribunal, sendo desnecessário estudo técnico;
- (E) o Tribunal de Justiça poderá utilizar, como critério para criação de novas Circunscrições Judiciárias, as Regiões Administrativas do Distrito Federal, mediante Resolução.

18

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dar posse aos servidores do quadro do Tribunal de Justiça e àqueles investidos em cargo em comissão é atribuição administrativa do:

- (A) presidente do Tribunal;
- (B) governador do Estado;
- (C) primeiro vice-presidente do Tribunal;
- (D) corregedor do Tribunal;
- (E) secretário de Estado de Administração.

19

A Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece que aos juízes de direito cabe, além de processar e julgar os feitos de sua competência:

- (A) inspecionar os serviços cartorários, informando, mensalmente, ao corregedor o resultado das inspeções;
- (B) nomear servidores para cargo em comissão e função de confiança na respectiva Secretaria;
- (C) conceder a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro, bem como extingui-la, na respectiva comarca;
- (D) aplicar aos servidores que lhes sejam subordinados penalidades disciplinares que não excedam a trinta dias de suspensão;
- (E) regular a atividade do depositário público, dispondo sobre as formas de controle dos bens em depósito, bem como as atividades dos contadores-partidores e distribuidores.

20

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tramita ação que tem por objeto a declaração de ilegalidade de greve de servidores distritais não regidos pela legislação trabalhista.

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o processo e julgamento de ações como a mencionada compete:

- (A) ao Conselho Especial;
- (B) à Câmara de Uniformização;
- (C) ao presidente do Tribunal;
- (D) às Turmas Cíveis;
- (E) às Câmaras Cíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Conforme dispõe a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma mulher que frequentemente é obrigada pelo marido a pedir desculpas por "desobedecê-lo" e a calar-se sempre que tenta emitir uma opinião, pode ser enquadrada como vítima de:

- (A) misoginia;
- (B) violência moral;
- (C) discriminação;
- (D) violência psicológica;
- (E) desqualificação moral.

22

O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções".

Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

23

De acordo com a Lei nº 13.431/2017, "As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência."

I. mínima intervenção dos profissionais envolvidos;

II. capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais;

III. monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

Essas ações observarão a(s) seguinte(s) diretriz(es):

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

24

Mãe com quatro filhos pequenos, desprovida de qualquer fonte de renda regular, é denunciada ao Conselho Tutelar por negligência, supostamente porque está violando o dever de sustento estabelecido pelo ECA em seu artigo 22.

O Conselho Tutelar deverá adotar o seguinte procedimento:

- (A) verificada a situação, deverá notificar o caso ao Ministério Público, recomendando abertura de procedimento para perda do poder familiar;
- (B) verificada a situação, deverá solicitar ao juiz o afastamento das crianças do lar e seu encaminhamento a entidade de abrigo;
- (C) verificada a situação e comprovada a carência extrema de recursos e a inexistência de motivos outros, deverá imediatamente incluir a família em programa de auxílio;
- (D) comprovada a denúncia, deverá emitir relatório circunstanciado ao juiz da Vara da Infância e Juventude;
- (E) verificada a situação e comprovada a negligência, deverá aplicar medida de advertência, conforme o Art. 129 do ECA.

25

Com o envelhecimento progressivo da população, a demanda por cuidado e cuidador assume dimensões problemáticas, sobretudo em razão das múltiplas carências das famílias mais pobres sobre as quais recaem prioritariamente o dever de assegurar aos idosos seus direitos de cidadania.

Do ponto de vista das políticas públicas, esse fenômeno constitui uma questão:

- (A) privada, que demanda investimento focalizado na família, através de políticas de subsídio;
- (B) pontual, capaz de ser respondida com ações de natureza técnica e compensatória;
- (C) social, portanto de caráter político, que requer atenção privilegiada e investimento do poder público;
- (D) geracional, que requer compromissos éticos com os idosos;
- (E) política, que demanda tratamento em termos de reforma do Estado e mudança constitucional.

26

Nos casos em que idosos percam a condição plena do autocuidado, tornando-se progressivamente mais dependentes, uma das opções oferecidas pelo poder público, conforme o Estatuto do Idoso, é a assistência integral na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), desde que:

- (A) o idoso não queira permanecer junto a sua família e possa arcar com os custos da internação;
- (B) o idoso não tenha vínculo familiar ou que sua família, ou ele próprio, não tenha condições de prover sua subsistência;
- (C) a família do idoso não tenha condições de mantê-lo em seu convívio, já que nenhum dos parentes possui capacitação e treinamento adequados;
- (D) o Município onde reside o idoso tenha equipamento voltado para essa finalidade;
- (E) o idoso seja beneficiário de algum programa oficial de assistência social.

27

A Doutrina da Proteção Integral que fundamenta o ECA, Lei nº 8.069/1990, está em linha com uma concepção de sociedade que:

- (A) reconheça a criança e o adolescente como sujeitos de direito e não como objeto do olhar punitivo que caracterizou as legislações anteriores;
- (B) pautada na doutrina retributiva, coloque no centro das políticas sociais o indivíduo em sua singularidade e dignidade;
- (C) valorize a família como ente exclusivo e incontornável do cuidado e do disciplinamento dos filhos;
- (D) reconheça a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, objetos da proteção e da educação dos pais;
- (E) coloque em perspectiva o futuro da nação, dependente que é do investimento seletivo nas crianças e adolescentes que mais se destacam.

28

Samanta e Sofia têm, respectivamente, 5 e 7 anos de idade. Recentemente seus pais se separaram em meio a um processo litigioso, que envolveu o impedimento crescente de ambas verem seu genitor, posto que, nos dias aprazados para visita, a genitora sempre criava algum obstáculo, e o encontro não acontecia. Após denúncia, ficou judicialmente caracterizado ato típico de alienação parental.

No que diz respeito à alienação parental, o juiz poderá, segundo a gravidade do caso:

- (A) estipular pena de serviços comunitários ao alienador;
- (B) declarar a suspensão da autoridade parental;
- (C) colocar a criança ou adolescente em lar substituto provisório;
- (D) determinar a prisão do alienador;
- (E) designar perito para exarar laudo que subsidie a decisão.

29

Um casal de estrangeiros, devidamente habilitados para adoção no Brasil, visita um abrigo e se interessa por uma das crianças disponíveis. Ocorre que essa criança está institucionalizada junto com dois irmãos.

Assim, o parecer da assistente social do abrigo deverá:

- (A) considerar em relevo o fato de os adotantes serem estrangeiros, o que, tornando definitiva a separação dos irmãos, tornará ilegal a adoção;
- (B) sugerir o deferimento da adoção pleiteada em nome do interesse superior da criança e da exigência legal de que a internação em abrigo é medida excepcional e provisória;
- (C) contraindicar a adoção pretendida, já que o ECA proíbe expressamente o desmembramento de grupo de irmãos;
- (D) contraindicar a adoção, esclarecendo que o interesse dos adotandos prevalece sobre o dos adotantes, e que, sendo inevitável a separação dos irmãos, o vínculo entre eles seja preservado;
- (E) sugerir a participação dos adotantes em programa de apoio psicológico, com vistas à conscientização sobre os prejuízos emocionais implicados na separação dos irmãos.

30

Uma família composta por mãe, um filho de 6 anos e um filho adulto com síndrome de Down vive exclusivamente com renda aproximada de dois salários mínimos, fruto de trabalho informal da mãe como faxineira.

Diante da precariedade da situação, agravada pelo fato de ainda ter que pagar aluguel, a mãe requereu a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aguarda resposta.

Esse pedido será:

- (A) indeferido, pois o BPC é concedido a pessoas com necessidades especiais e a idosos de 70 anos ou mais, cuja renda per capita familiar seja menor que 1/4 do salário mínimo;
- (B) deferido em caráter excepcional, já que o fato da família ser monoparental se sobrepõe ao limite da renda per capita estabelecido pela lei;
- (C) indeferido, em razão de a requerente não ter como comprovar sua renda, uma vez que trabalha sem registro;
- (D) deferido, já que a renda per capita da família está dentro dos critérios estabelecidos na lei;
- (E) poderá ser deferido, desde que a assistente social responsável emita parecer favorável, com base na precariedade das condições socioeconômicas da família.

31

Robson é um remanescente de quilombo, ocupando e produzindo em suas terras. Recentemente, entrou com pedido de propriedade para essas terras.

Nesse caso, o Estado deve:

- (A) reconhecer a propriedade definitiva, emitindo os títulos respectivos;
- (B) enviar profissionais de agronomia para realização de medidas das terras antes de se pronunciar;
- (C) determinar a visita domiciliar de profissional da assistência social para entrevista;
- (D) esclarecer que as terras continuam sendo do Estado, e o seu usufruto só é permitido enquanto elas forem produtivas;
- (E) oferecer a venda das terras a preços compatíveis com a renda dos quilombolas.

32

O *ethos* profissional do Serviço Social se constitui a partir das necessidades sociais postas historicamente à profissão e nas respostas ético-políticas dadas por ela nas diferentes áreas onde consolidou seu *lôcus* de atuação.

As áreas mais relevantes nessa trajetória foram:

- (A) Assistência Social e Direitos Humanos;
- (B) Direito Constitucional e Direitos Sociais;
- (C) Cidadania e Saúde Mental;
- (D) Saúde e Educação;
- (E) Empresarial e Jurídica.

33

O neoliberalismo introduz uma nova forma no enfrentamento da “questão social” por meio do Estado e suas políticas sociais.

Para Netto (2010), no Brasil este enfrentamento tem se dado por meio de políticas de:

- (A) emprego e consumo;
- (B) educação e filantropia;
- (C) privatização e segmentação;
- (D) repressão e assistência;
- (E) focalização e distributividade.

34

O Projeto Ético-Político do Serviço Social começa a ser construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Para Netto (2006), “foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”.

Essa condição é:

- (A) o reconhecimento da profissão por parte do Estado;
- (B) a consolidação da pós-graduação em Serviço Social;
- (C) a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- (D) o espraiamento da perspectiva de intenção de ruptura;
- (E) o desenvolvimento e a afirmação do marxismo na profissão.

35

É no cotidiano da prática profissional que assistentes sociais atribuem significado às atividades que realizam.

O papel da teoria na construção das ações profissionais está relacionado:

- (A) à natureza teleológica do Serviço Social, que impõe categoricamente a adesão a um projeto teórico-metodológico de cunho ético e moral;
- (B) ao arsenal teórico-metodológico que respalde uma prática profissional voltada a um padrão interventivo capaz de atingir resultados objetivos;
- (C) ao fato de que os processos e relações com os quais os assistentes sociais se defrontam no cotidiano sempre serão ressignificados pela mediação do senso comum;
- (D) às mediações técnico-instrumentais e ao domínio de habilidades específicas que engendre práticas pautadas na racionalidade;
- (E) ao fato de que práticas profissionais são sempre mediadas por abstrações conceituais, conscientemente internalizados ou não.

36

Há inegáveis tensionamentos no interior da categoria acerca do projeto ético-político do Serviço Social. Movimentos conservadores, ao ganharem relevância no debate público a partir dos anos 1990, passam a confrontar o projeto hegemônico, em razão da sua filiação a um projeto societário de transformação da ordem capitalista.

A natureza desses tensionamentos se encontra no domínio:

- (A) doutrinário-religioso;
- (B) filosófico;
- (C) político-ideológico;
- (D) epistemológico;
- (E) social.

37

Em relação à construção do projeto ético-político do Serviço Social, analise os itens a seguir:

- I. explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- II. matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- III. reafirmação da ordem social vigente.

É(são) elemento(s) constitutivo(s) do projeto ético-político do Serviço Social somente:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

38

A Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social estabelece como fórum máximo de deliberação da profissão, no que diz respeito ao seu conteúdo, os(as):

- (A) assembleias realizadas durante os CBAS, incluindo o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO;
- (B) encontros extraordinariamente convocados pela ABEPSS;
- (C) reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais;
- (D) grupos de Trabalho provisórios constituídos especificamente para esta finalidade;
- (E) delegados previamente inscritos pelas Unidades de Ensino para participação nos ENPESS.

39

A universalização do acesso a direitos básicos, como saúde, educação e assistência, de modo a fazer dos direitos uma via para a equidade e a justiça social, está relacionada ao conceito de:

- (A) cidadania;
- (B) democracia;
- (C) autocracia;
- (D) direitos humanos;
- (E) pluralismo.

40

De acordo com Iamamoto (2017), “uma mediação fundamental do exercício profissional no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” é o(a):

- (A) projeto ético-político;
- (B) embasamento teórico-metodológico;
- (C) política social;
- (D) vinculação institucional do profissional;
- (E) formação profissional.

41

O professor de Carla, 11 anos, percebe que o comportamento da aluna vem mudando significativamente. Carla está irritada, agressiva com os colegas, desatenta e frequentemente é vista chorando pelos cantos. Outros professores e colegas também notam a mudança, mas nenhuma providência é tomada, pois Carla insiste em dizer que não há nada de errado. Os pais não foram chamados na escola, uma visita domiciliar não foi realizada, o Conselho Tutelar não foi acionado. Algum tempo depois, Carla aparece grávida e o padrasto é preso, acusado de estupro, desfecho que provavelmente poderia ter sido evitado caso o professor ou a direção da escola não tivessem se omitido.

Esse tipo de omissão está tipificado no ECA como:

- (A) crime culposo, punido com detenção;
- (B) negligência, punida com multa;
- (C) crime em espécie, punido com detenção;
- (D) infração administrativa, punida com multa;
- (E) o ECA é omissivo nessa questão.

42

Ernesto, 82 anos, com bom estado geral de saúde e no gozo de suas faculdades mentais, sem descendentes ou ascendentes vivos, decide vender seu patrimônio, constituído de três imóveis bem valorizados em área nobre da cidade, e viajar pelo mundo até se cansar. Ao conhecer as intenções de Ernesto, sua irmã Clotilde, 72 anos, decide contestá-lo na justiça, alegando confusão mental, supostamente evidenciada pela decisão "estapafúrdia" de se desfazer dos bens.

Quanto à proteção de Ernesto frente à ação de sua irmã, é correto afirmar que o Estatuto do Idoso:

- (A) assegura proteção, pois condena discriminação de qualquer natureza;
- (B) não assegura proteção, pois direito sucessório é tratado no Código Civil;
- (C) não assegura proteção, pois como colateral, Clotilde pode impedir a venda de metade do patrimônio;
- (D) assegura proteção a ambos pela condição de idosos, fato que desloca o problema para avaliação na Vara do Idoso;
- (E) assegura proteção, pois o idoso pode dispor de seus bens, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

43

No estudo social remetido ao juiz da Vara de Família, a assistente social, ao descrever os contornos de uma disputa entre mãe e filha pela guarda do neto, destaca, entre outras acusações proferidas pela avó, o fato de a mãe da criança ter feito dois abortos.

Conforme o Código de Ética Profissional de Serviço Social, o dever do sigilo:

- (A) foi violado, pois o aborto é crime no Brasil e essa informação não se enquadra nas condições de admissibilidade estabelecidas no Código de Ética;
- (B) não foi violado, já que o principal argumento da avó para requerer a guarda do neto se baseia nesta informação;
- (C) não foi violado, já que o estudo social está dirigido ao juiz e a assistente social, por respeito à hierarquia e tendo em conta que ele também está obrigado ao sigilo, pode registrar a informação;
- (D) não foi violado, já que as informações contidas num estudo social têm caráter testemunhal, ao qual o dever de sigilo está subordinado;
- (E) foi violado, já que o acesso ao conteúdo de estudos sociais requeridos por juizes é bastante amplo, podendo causar possíveis prejuízos aos jurisdicionados.

44

O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar.

O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

45

No Judiciário, como em outras instituições, a perícia social ou laudo social é atribuição privativa do assistente social, e no seu processo de elaboração mobiliza os seguintes recursos:

- (A) entrevista, estudo de caso, observação participativa;
- (B) entrevista, visita domiciliar, observação, análise de documento;
- (C) análise processual, entrevista, visita domiciliar;
- (D) escopo teórico-metodológico, domínio operativo-instrumental;
- (E) estudo de caso, trabalho de grupo, entrevista, visita domiciliar.

46

No Plantão do Serviço Social de um hospital público, a assistente social Carmen atende Júlia, uma senhora de 52 anos em situação de rua, que solicita atendimento médico. Júlia não possui nenhum documento de identificação, e Carmen explica-lhe que sem documentos o atendimento não será possível. Júlia insiste que não se sente bem e precisa de atendimento médico, recusando-se a sair da sala enquanto sua demanda não for atendida. Diante do impasse, Carmen chama a segurança do hospital para que esta remova Júlia do local.

A conduta de Carmen está:

- (A) incorreta, pois a ausência de documentação não configura impeditivo para o atendimento solicitado e a expulsão de pessoa em situação de rua dos serviços públicos como forma de solução de conflitos configura-se como violação de direitos humanos;
- (B) correta, porque a marcação e a viabilização de consultas não se constitui em atribuição do assistente social na área da saúde;
- (C) incorreta, posto que deveria ser explicado à usuária a importância de ter a posse da sua documentação atualizada para ser atendida nos serviços públicos;
- (D) correta, uma vez que a ausência de documentos impediria a matrícula da usuária no hospital e a sua recusa em sair da sala impossibilitaria o atendimento a outros usuários com demandas passíveis de resolução, além de configurar descato a servidor público;
- (E) incorreta, pois em primeiro lugar a equipe multidisciplinar deveria ser acionada a fim de tentar uma mediação de conflitos com a usuária.

47

Ao fim do bem-sucedido estágio de convivência entre Tobias, 5 anos, e Olavo e Breno, casal homoafetivo, com união estável reconhecida, que requerem sua adoção, a assistente social encarregada do parecer técnico sugere ao juiz o indeferimento do pleito. Segundo a assistente social, não há previsão no ordenamento jurídico brasileiro que autorize o registro de dupla paternidade.

A contraindicação da adoção pretendida:

- (A) está justificada, já que a adoção deve ser concebida, tanto quanto possível, como imitação da vida biológica;
- (B) está justificada, já que a Lei de Adoção ainda é omissa quanto à possibilidade de adoção por casais homoafetivos;
- (C) não está justificada, já que a união estável entre pessoas do mesmo sexo lhes assegura direitos iguais aos dos casais heterossexuais, inclusive para fins de adoção conjunta;
- (D) não está justificada, porque, no melhor interesse da criança, a convivência familiar é direito que se sobrepõe a filigranas cartoriais;
- (E) está justificada, já que o ECA é omissivo quanto à possibilidade de adoção por casais homoafetivos.

48

Em relação à violência doméstica contra criança e adolescente, analise os elementos a seguir.

- I. O mito dos pais perfeitos que tudo sabem e tudo podem no espaço privado da família.
- II. Uma concepção de pedagogia baseada na autonomia, na liberdade e na espontaneidade.
- III. O mito da maldade infantil, que considera as crianças portadoras do mal, necessitando, portanto, de disciplinamento duro e rigoroso.

É(são) elemento(s) que contribui(em) para que crianças e adolescentes rotineira e cotidianamente sejam agredidos fisicamente por pais ou responsáveis, sob o olhar complacente de vizinhos, parentes professores, apesar das campanhas contra o castigo corporal e de denúncias sobre seus malefícios no processo de desenvolvimento psíquico e emocional dos jovens somente:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

49

A Lei nº 13.058/2014 subverte a tradição do Direito de Família, relativamente à separação de casal com filhos, ao estabelecer a guarda compartilhada como medida obrigatória.

Com relação à guarda é correto afirmar:

- (A) a guarda unilateral faculta ao pai, ou à mãe não guardiã, a supervisão dos interesses dos filhos;
- (B) a guarda compartilhada pressupõe a responsabilização conjunta de pai e mãe que vivam sob o mesmo teto;
- (C) na audiência de custódia o juiz informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada;
- (D) quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada;
- (E) para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz deve se basear na orientação da equipe interdisciplinar.

50

Uma criança de 10 anos sofreu abuso sexual por seu padrasto, um homem agressivo que a ameaçava e batia em sua mãe. Feita a denúncia e instaurado o processo, a criança será entrevistada sobre a(s) situação(ões) de violência perante órgão da rede de proteção, sendo seu relato limitado ao estritamente necessário.

Esse procedimento é denominado:

- (A) depoimento sem dano;
- (B) oitiva formal;
- (C) escuta especializada;
- (D) testemunho extraordinário;
- (E) interlocução dirigida.

51

Com o objetivo de aprofundar o trabalho interdisciplinar e assegurar maior agilidade no atendimento às demandas dos usuários, a direção da instituição emitiu uma ordem de serviço determinando que relatórios e pareceres técnicos resultantes de atendimento conjunto entre psicólogos e assistentes sociais sejam elaborados e assinados por ambos em documento único.

Em resposta, os assistentes sociais devem:

- (A) questionar a legalidade da ordem de serviço, pois fere a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e impede expressamente que outro profissional subscreva seu entendimento técnico em matéria de Serviço Social, mesmo atuando em equipes multiprofissionais;
- (B) acatar a ordem de serviço, pois está respaldada no princípio da hierarquia administrativa que confere às chefias a prerrogativa de definir normas, rotinas, atribuições e procedimentos;
- (C) recusar a ordem de serviço, pois viola o princípio da autonomia profissional assegurado na Lei nº 8.662/1993, cuja abrangência inclui a prerrogativa de definir as normas, rotinas e atribuições que regulem sua própria atividade;
- (D) acatar a ordem de serviço, pois a celeridade e a eficiência do atendimento institucional se sobrepõem às questões de natureza corporativa;
- (E) acatar a ordem de serviço, pois ela impulsiona a institucionalização do trabalho interdisciplinar e a consequente superação da tradicional fragmentação do conhecimento e das práticas.

52

Um dos objetivos da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) é garantir o direito à assistência intersetorial interdisciplinar e transversal em rede de assistência integrada pública e privada, mediante, dentre outros(as):

- (A) políticas sociais de redução de danos;
- (B) distribuição controlada de metadona;
- (C) permanência em hospital-dia;
- (D) acolhimento em comunidade terapêutica;
- (E) prioridade de atendimento nos Caps-AD.

53

As ações e serviços ofertados no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (2004), voltados para o atendimento de indivíduos e famílias em situação de rua, estão inseridos na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Dentre as atribuições dessas duas modalidades de serviço, compete exclusivamente aos Serviços de Média Complexidade:

- (A) ações de busca ativa, serviço de orientação e acompanhamento de famílias e indivíduos;
- (B) serviço de guarda de pertences, espaço para higiene pessoal e lavanderia e serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos;
- (C) serviço de abordagem social, albergamento, orientação e apoio;
- (D) serviço de abordagem social, albergamento, ações itinerantes, reabilitação e reinserção;
- (E) serviço de abordagem social, serviço especializado para população em situação de rua e acolhimento em repúblicas.

54

As medidas socioeducativas previstas no ECA são aplicáveis ao adolescente que pratica ato infracional.

As medidas socioeducativas podem ser:

- I. advertência;
- II. obrigação de reparar o dano;
- III. liberdade assistida.

Estão corretas:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

55

A escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos indicados na Lei nº 13.431/2017, que trata da normatização e organização do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violências.

Acerca dos procedimentos adotados, é correto afirmar que:

- (A) a escuta especializada é procedimento de oitiva da criança e do adolescente sobre a situação de violência vivenciada, limitado o relato ao estritamente necessário;
- (B) o depoimento especial é o procedimento de entrevista da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante a autoridade policial ou judiciária;
- (C) a criança ou o adolescente, quando necessário, participará de audiências, sendo facultativo o contato, ainda que visual, com o suposto agressor ou com pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento;
- (D) o depoimento especial adota protocolos, nos quais os profissionais especializados esclarecem a criança ou o adolescente sobre a dinâmica do depoimento e informam seus direitos, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;
- (E) a escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado que garanta a privacidade da criança e do adolescente, os quais podem ser convocados quantas vezes for necessário e a qualquer momento do processo.

56

O feminicídio, forma extrema e letal da violência de gênero, foi convertido em homicídio qualificado e colocado na categoria de crime hediondo pela Lei nº 13.104/2015, com aumento das penas, variando de 12 a 30 anos.

Essa importante mudança na política criminal brasileira está associada particularmente:

- (A) ao reconhecimento e luta contra a violência de gênero e sua interseção com o racismo estrutural;
- (B) ao reconhecimento da violência contra a mulher fragilizada pelas condições socioeconômicas;
- (C) aos movimentos sociais atuantes na área da proteção social e dos direitos humanos;
- (D) à indignação coletiva com o sofrimento da mulher e com a desigualdade;
- (E) à ascensão e visibilidade dos movimentos feministas e LGBTQIA+.

57

A violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA) consiste de atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

O fenômeno da VDCA assume as seguintes características, EXCETO:

- (A) extenso, porque no mundo todo atinge importante contingente de crianças e adolescentes de todas as classes, ignorando fronteiras socioeconômicas, cortando verticalmente as sociedades;
- (B) grave, porque consiste numa transgressão (abuso) do poder disciplinador do adulto, que reduz crianças e adolescentes à condição de objeto de maus-tratos e das expectativas e paixões dos adultos;
- (C) desigual, porque todos os estudos e pesquisas revelam padrão similar de prevalência: as meninas são vitimadas duas vezes mais que os meninos;
- (D) extemporâneo, porque a restrição da autonomia e a cassação da palavra causam danos irreparáveis ao processo de constituição da personalidade dos indivíduos;
- (E) endêmico, porque naturalizado, incorporado como dado da cultura, característico das sociedades hierarquizadas.

58

"A luta democrática pelo Direito deve ser uma luta pela aplicação do direito vigente, tanto quanto uma luta pela mudança do Direito".

Essa afirmação refere-se:

- (A) ao conceito de "cidadania de papel", que descreve o conjunto de direitos adquiridos, mas não usufruídos;
- (B) à Constituição da República de 1988, que legitima a ordem vigente;
- (C) ao formalismo elitista do Direito;
- (D) ao engessamento da norma jurídica, que limita o acesso à Justiça;
- (E) à universalização, generalização ou normalização como mecanismo de dominação simbólica.

59

A dimensão política do Projeto Ético-Político do Serviço Social segundo Netto (2006), contempla prioritariamente:

- (A) a liberdade e os direitos humanos;
- (B) a construção de uma nova ordem social;
- (C) a cidadania e o pluralismo profissional;
- (D) a hegemonia do marxismo nos pressupostos teórico-metodológicos;
- (E) a equidade e a justiça social.

60

O Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, é um programa de transferência de renda que, em suas origens, fez parte de um receituário orientado e /ou financiado pelo Banco Mundial, e que foi aplicado, a partir da década de 1990, em países da América Latina, Ásia e África.

Considerando o alcance e a estrutura do programa, pode-se caracterizá-lo como:

- (A) assistencialista, na medida em que vai na contramão da universalização de direitos ao focar os pobres entre os mais pobres;
- (B) imediatista, na medida em que responde à urgência da fome e do desemprego;
- (C) universalista, na medida em que estabelece prioridades para a conquista da cidadania;
- (D) estratégico, na medida em que cria mecanismos de ascensão social ao atacar as raízes da desigualdade;
- (E) inútil, na medida em que reproduz indefinidamente a pobreza e a desigualdade social.

DISCURSIVAS

1

O assistente social Tiago trabalha em uma escola particular voltada para o ensino de nível médio. Foi procurado pelos pais de Márcio, um estudante de 15 anos portador de deficiência auditiva. Estes pais solicitam a mediação de Tiago junto à Direção da escola no sentido de que seja viabilizada tecnologia assistiva e equipamentos adequados ao seu filho, a fim de que ele possa acompanhar as aulas com as mesmas possibilidades que os outros estudantes. Tiago vai conversar com a Diretora da escola, e esta lhe informa que, por se tratar de uma instituição privada, não possui a obrigatoriedade de fornecer nenhum tipo de equipamento para estudantes com deficiência, e que esta deveria ser responsabilidade exclusiva dos pais de Márcio.

Tiago convoca os pais de Márcio para uma reunião, na qual expõe o que a Diretora da escola lhe informou, orientando-os a adquirirem o(s) equipamento(s) necessários, a fim de que Márcio não seja prejudicado no acompanhamento das aulas.

Analise a conduta de Tiago:

- a) a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência
- b) à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social
 - b.1) em sua relação com o Código de Ética
 - b.2) em sua relação com os usuários

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

“Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas.” (Iamamoto, 2009).

A partir da assertiva acima, responda:

- a) O que é a “questão social” e qual a sua importância para a profissão?
- b) Estabeleça a relação entre “questão social”, Estado e políticas sociais utilizando autores de Serviço Social vinculados à corrente teórico metodológica hoje hegemônica na profissão.
- c) Disserte brevemente sobre o debate acerca do cidadão pobre/cidadão consumidor (Mota, 2006) e sua vinculação com os direitos de cidadania na atual conjuntura brasileira.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO

Realização

